



Caderno de Experiências:

Mãos Que Trabalham



Caderno de Experiências:

Mãos Que Trabalham



Apresentação

Chega ao fim o Projeto Mãos que Trabalham: Transformando a vida das mulheres dos Territórios Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal. Realizado pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) em parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida da Bahia (MMTR Regional), a Rede de Produtoras da Bahia (RPB), os Coletivos de Mulheres dos Sindicatos dos/as Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares - STRAF de Conceição do Coité e Valente e patrocinado pela Petrobras. O projeto foi desenvolvido no período de 2006 a 2011 em 10 municípios (Araci, Conceição do Coité, Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Retirolândia, Santa Bárbara, Santa Luz, Serrinha, Teofilândia e Valente), com a participação de 300 mulheres rurais organizadas em 25 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

A partir desta trajetória, o MOC e parceiros compartilham o Caderno de Experiência: Mãos que Trabalham. Este caderno foi elaborado em um processo de construção coletiva envolvendo educadoras/es, jovens monitoras e as mulheres rurais. Traz dado e relata o desenvolvimento do projeto assim como a contribuição do mesmo para o empoderamento político, social, cultural e econômico destas mulheres e suas organizações na perspectiva da sustentabilidade.

Deste modo os fundamentos, a trajetória, as aprendizagens, os desafios e as perspectivas estão traduzidos em textos elaborados por quem viveu a experiência, refletiu sobre ela e decidiu colocar suas reflexões a serviço da causa das mulheres rurais. Portanto, o propósito deste Caderno é socializar a experiência metodológica/pedagógica do Projeto Mãos que Trabalham, para que possa ser utilizada como instrumento de construção e proposição de políticas públicas que contribuam para a organização produtiva e social das mulheres rurais.

Boa Leitura!

Movimento de Organização Comunitária.

Este caderno é uma publicação do Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Coordenação: Programa de Comunicação, Programa de Gênero e Sub-Programa de Acesso ao Mercado do MOC.

Textos: Célia Santos Firmo, Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, Maria Vandalva Lima de Oliveira, Mariza Cerqueira das Virgens, Selma Glória de Jesus, Willza Oliveira Almeida.

Edição: Daiane Almeida Ferreira e Nayara Cunha da Silva.

Revisão: Naidison de Quintella Baptista.

Fotos: Arquivo MOC e Ivan Junior.

Projeto Gráfico e Diagramação: Márcio Mendes.

Impressão: Gráfica JB

Tiragem: 1000

Índice

Experiências das Entidades

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida da Bahia (MMTR Regional).....08

Rede de Produtoras da Bahia (RPB).....14

Relato da experiência de trabalho com as jovens

Metodologia e história de vida.....21

Experiências temáticas

Documentação Pessoal e Profissional.....26

Acesso a Mercado Institucional (PAA) Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, na comercialização dos produtos (PNAE).....31

Acesso a Mercado Justo e Solidário.....34

Enfrentamento a Violência Contra a Mulher.....37

Agroextrativismo, Geração de Trabalho e Renda.....40

Conclusão

Aprendizados e Desafios.....44

Anexos

Siglas.....48





Experiências das Entidades

Mulheres Trabalhadoras Rurais: “Mãos que Trabalham” Constroem Desenvolvimento e Cidadania

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida da Bahia – MMTR Regional é uma entidade de auto-organização das mulheres, e, tem se constituído num espaço de luta onde elas se fortalecem para reivindicar e acessar seus direitos. A missão do MMTR é contribuir no processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais para que, de modo articulado, elas possam participar na construção do processo de Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir da efetiva e qualificada intervenção nos espaços de discussão, elaboração, definição e controle social das políticas públicas; bem como promover o empoderamento sócio-político, econômico e cultural das mulheres enquanto sujeitos de direitos.

A construção da autonomia e do empoderamento das mulheres é componente de uma agenda afirmativa de ações de capacitação contínua, com foco em temáticas do interesse das mulheres, que parte da identificação dos problemas que afetam a vida delas e de suas comunidades na perspectiva de encontrar as soluções. A auto-percepção da mulher na sua condição de sujeito de direitos, tem contribuído para que em suas organizações elas se fortaleçam e se articulem de modo a fazer valer direitos já assegurados em leis e lutar pela ampliação destes.

Essa efetiva participação das mulheres se dá localmente nos Conselhos Municipais de Direitos, sobretudo na área da Saúde, da Assistência Social e da Criança e Adolescente.





No âmbito regional e territorial elas participam das Comissões Regionais de Água e do Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável; na dimensão estadual elas integram o Comitê Estadual de Documentação da Trabalhadora Rural e do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Todos estes espaços compreendem decisões que influenciam a vida das mulheres, de suas famílias e da comunidade. “Se não participarmos dos espaços onde as coisas são decididas, fica mais difícil o acesso das mulheres aos seus direitos, [...] Nós lutamos por crédito, por saúde, por renda e por tantas outras coisas que só serão garantidas se a gente não desistir da luta e colocar o movimento ativo nestes espaços”. Marineide Dias dos Santos, MMTR de Retirolândia.

As reais necessidades das mulheres foram motivando a luta e as levaram a se auto-organizarem. A auto-organização a nível regional tem suas raízes na auto-organização municipal, pois as mulheres foram sentindo a necessidade de ampliar a

dimensão da intervenção delas a partir da dinâmica político-regional de discussões, construções e definições das políticas públicas que na maioria dos casos, ignoram as peculiaridades de suas demandas. “Tudo começou quando percebemos as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, principalmente na área da saúde. As coisas não podiam continuar daquele jeito. [...] A idéia de criar os MMTRs nos municípios é porque nós mulheres temos reivindicações muito específicas e a gente precisava se unir para ficar mais fortes e lutar por nossos direitos. Não foi muito fácil no começo, nós só tivemos aqui cinco companheiras que toparam iniciar a luta, mas hoje somos mais de 100 mulheres. [...] Precisamos nos organizar no MMTR e nos grupos de produção, mas não podemos deixar de participar do STRs, porque é um espaço nosso também”. Terezinha dos Santos do MMTR e da Secretaria de Mulheres do STR de Retirolândia-BA

A organização das mulheres rurais tem se estruturado na e pela luta por melhores



condições de vida, por igualdade de oportunidades, por justiça e equidade de gênero. Embora o MMTR Regional esteja oficializado há pouco mais de três anos, a luta das mulheres na região já ultrapassa três décadas. O movimento surge fomentando a luta pelos direitos das mulheres através de uma plataforma de reivindicações que a princípio demandavam direitos como: salário-maternidade, atendimento ginecológico, aposentadoria para trabalhadora rural, documentação e creches. “Tudo começou a partir de reuniões e ações entre famílias na comunidade, que contavam com o incentivo de várias pessoas como Pe. Jaime, Pe. Luiz Canal e Albertino Carneiro que era diretor do MOC. Eles nos ajudavam a enxergar os nossos problemas e buscar as soluções”. Terezinha dos Santos de Retirolândia, Retirolândia - Ba.

Vale ressaltar que além destes direitos, a educação e saúde para todos, reforma agrária, melhorias habitacionais, o reconhecimento da trabalhadora rural

enquanto profissional e outros foram discutidos e apresentados pelas mulheres às comissões de elaboração da Constituição Federal de 1988.

Foi na busca de soluções para os problemas enfrentados, que as mulheres trabalhadoras rurais não mediram esforços nem temeram os desafios para entoar pelos campos, ruas, vielas e praças e mais onde suas vozes pudessem ser ouvidas: “Eu quero ver, eu quero ver, eu quero ver. Eu quero ver o que é que vai fazer, eu quero ver se você não se mexe, eu quero ver quem se mexe por você”¹. Assim, elas conclamaram outras mulheres a entrar na luta, de modo que se multiplicaram as vozes que até hoje cantam “Entrei na luta, da luta eu não fujo, pelos direitos da luta eu não fujo, pra construir uma nova sociedade”².

Na perspectiva de contribuir para a construção de uma nova sociedade, o MMTR Regional se estrutura com a força organizacional dos MMTRs locais que estão presentes em oito municípios: Araci, Teofilândia, Serrinha, Retirolândia e Santaluz

¹trecho de canções que embalavam as lutas populares na período da ditadura militar.

²trecho de música que embala a luta das Mulheres.

no Território do Sisal; Riachão do Jacuípe e Quixabeira no Território Bacia do Jacuípe; e, Santa Bárbara no Território Portal do Sertão, que por sua vez articula e organiza as mulheres por comunidades ou em núcleos destas.

O MMTR Regional está filiado ao MMTR Nordeste e também se articula com outras entidades através do Fórum Interterritorial de Mulheres da Região Semiárida da Bahia, que por sua vez está articulado com a Marcha Mundial das Mulheres. A estratégia de articulação das entidades entre si, tem ajudado as mulheres a empreitar grandes lutas e mudanças estruturais na legislação que versam sobre os direitos sociais, com particularidades para as políticas voltadas para as mulheres e o controle da sua implementação.

“A articulação no Fórum Interterritorial de Mulheres do Semiárido, nos Grupos de Trabalhos Territoriais, na Marcha Mundial das Mulheres e na Marcha das Margaridas [...], nos Conselhos, Organismos de Políticas para as mulheres, associações, cooperativas, entre outros, contribuem diretamente com o fortalecimento das ações e a efetivação das políticas públicas, além de garantir o empoderamento e a autonomia dos grupos de base. A experiência vivida nos coletivos de mulheres nos faz acreditar na força e no alimento do grande sonho coletivo, afirma o direito universal que mulheres e homens têm os mesmos direitos de serem cidadãos” - Cleidinea Bastos da Associação de Mulheres de Pintadas e Fórum Interterritorial de Mulheres da Região Semiárida da Bahia.

Num retrospecto da trajetória das mulheres, muitos passos foram dados para a efetivação dos seus direitos e a conquista da cidadania. Dentre estes, merece destaque a inserção das mulheres nas diretorias sindicais

e de outras organizações, campanha de documentação da trabalhadora rural “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento” e criação das Secretarias e Departamentos de Mulheres nos STRs. Também os cursos de capacitação e formação de lideranças para as mulheres em temáticas dos seus interesses, participação das mulheres nos conselhos e comissões municipais, acesso às políticas de recursos hídricos (cisternas de consumo humano e de produção), organização de Empreendimentos Econômicos e Solidários, políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Neste processo de luta as mulheres conquistaram também políticas de fortalecimento da agricultura familiar, como o Pronaf Mulher e Apoio Mulher (políticas de crédito); Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (políticas de comercialização); bem como a possibilidade de participar de feiras da economia solidária e feminista enquanto um espaço de intercâmbio de saberes e fazeres e de comercialização. “Hoje com acesso ao crédito, dirijo meu próprio negócio com bons resultados, tenho mais autonomia e valorização do meu trabalho dentro e fora de casa”, afirma Josefa Arlete Nascimento, do Grupo Mãos de Fada de Conceição, EES do município de Conceição do Coité.

Para a implantação de projetos e ações que garantam seus direitos, as mulheres vêm transformando sua realidade nos Territórios Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal e para isso, têm contado com a parceria de várias organizações, dentre elas um destaque para o MOC, através do Projeto Mãos que Trabalham, patrocinado pela Petrobras.

Tecendo os fios das parcerias e colhendo resultados

A experiência de parceria do MMTR com o MOC, especialmente no Projeto Mãos que Trabalham, foi muito importante para a história da auto-organização das mulheres. Sobretudo no que tange a afirmação da identidade enquanto organização, na definição e construção da marca do movimento, na inserção de novas companheiras na organização, dando maior visibilidade à instituição, e, conseqüentemente elevando a auto-estima das mulheres. “A minha participação no grupo, aumentou a minha auto-estima e me fez levar em consideração a vontade das mulheres na luta pelos seus direitos. Me sinto mais mulher por saber que sou dona do meu destino. E também, vendo a lutas das mulheres, fui conquistada a participar do movimento”. Edilene Helen dos Santos, EES Sabor Gama, Retirolândia.

Ao tecer os fios das parcerias o MMTR Regional e os MMTRs Municipais, bem como as Secretarias de Mulheres dos STRAF de Valente e de Conceição do Coité vêm superando desafios que apontavam para a necessidade de maior estruturação organizacional e de capacitação de suas lideranças com vistas à geração de trabalho e renda para as mulheres. O apoio, fruto das parcerias resultou no fortalecimento dos empreendimentos formados pelas mulheres rurais, que tem buscado o seu empoderamento social, político e econômico e com isso estão construindo a sua autonomia. “A partir das parcerias, as mulheres se sentiram mais fortes e com mais autonomia, para fortalecer seus empreendimentos na busca da geração de renda”. Terezinha dos Santos, Retirolândia.

Dentre os vários aspectos que podem ser destacados ainda nessa parceria, estão a atuação das Jovens Monitoras no acompanhamento aos EES contemplados



pelo Projeto Mãos que Trabalham; e, um quadro de novas lideranças femininas formado e capacitado para melhor representar as mulheres e defender os seus interesses em diferentes espaços. As jovens, originárias das próprias comunidades e da luta das mulheres, hoje se destacam como Coordenadoras das organizações de mulheres e ou Diretoras nos STRAFs. Essa participação não acontece por acaso e nem fica no acaso. “É de suma importância participar dos movimentos sociais, pois através destes encontros podemos conquistar os nossos direitos[...]”. Lídia Maria Araújo, Jovem Monitora de Araci.

O MMTR buscou firmar essa parceria a partir da necessidade de retomar e fortalecer sua plataforma de luta junto às mulheres, que tinha um conjunto de ações planejadas sem a possibilidade de implementação, visto que demandava apoio técnico e financeiro. Sendo assim, a parceria estabelecida garantiu o fomento das ações nas áreas de formação e capacitação das mulheres, na geração de renda e aquisição de equipamentos para a produção, na participação e ocupação de espaços estratégicos para o controle social.

Boa parte dessas ações e dos resultados obtidos se deu a partir dos intercâmbios e das trocas de experiências entre as mulheres e entre os EES. “Somos conscientes da necessidade de continuarmos erguendo bandeiras históricas da luta da mulher na perspectiva de construirmos espaços alternativos sem violência e com a garantia e a igualdade de direitos”. Cleidinea Bastos da Associação de Mulheres de Pintadas e Fórum Interterritorial de Mulheres da Região Semiárida da Bahia.

Para as mulheres trabalhadoras rurais, a soma dos esforços com a parceria na gestão do projeto vem garantindo resultados

significativos para suas vidas e seus empreendimentos. Junto às mudanças que ocorreram em suas vidas, as mulheres carregam consigo lições que foram aprendidas e apreendidas durante o percurso do caminho. Sendo assim, elas ampliam a consciência e compreendem que: toda mulher tem direito e tem valor, portanto todas devem ter vez e voz no processo de construção da sua autonomia; para atingir objetivos é preciso ter muita vontade de trabalhar, conquistar novos espaços, empreender novas lutas, enfrentar velhos e novos desafios e alimentar um espírito de perseverança.

Ainda como aprendizado, as mulheres perceberam que: participar e acompanhar o processo de desenvolvimento dos municípios é um direito e um dever dos grupos de mulheres; para superar os desafios próprios da luta das mulheres, elas precisam vencer o individualismo e o isolamento, e, contar com o companheirismo e a solidariedade umas das outras. Elas vêem seus sonhos realizados e descobrem que o tamanho deles é o tamanho da vontade e da coragem que os alimentam.

Nesta trajetória de luta, as mulheres têm a plena certeza de que o mundo de equidade, justiça e solidariedade com que tanto sonham, não está pronto, e, construí-lo é tarefa de todas as pessoas de boa vontade e de coragem. Esse mundo pode e deve ser construído dia-a-dia com ações locais e globais voltadas para o respeito à vida e sua sustentabilidade. Essa pode parecer uma tarefa difícil, mas é possível, e quanto mais gente empreitá-la, mas ela poderá acontecer.

Rede de Produtoras da Bahia

*“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer participando sem medo de ser mulher”
(Autor/a Desconhecido/a)*



A Rede de Produtoras da Bahia (RPB) nasceu em 2001 a partir de convite feito pela Casa da Mulher do Nordeste ao Movimento de Organização Comunitária (MOC) com objetivo de articular grupos de mulheres para participar do Encontro de Produtoras do Nordeste. O MOC entendendo que a questão relacionada à geração de trabalho e renda para as mulheres é um problema complexo e ainda com poucas perspectivas e, que fortalecer as mulheres, individual e coletivamente, é um dos elementos essenciais para que estas possam tornar-se

sujeitos políticos capazes de existirem por si mesmas, aceitou o desafio. Foram articulados cinco grupos de mulheres para representar a região semiárida da Bahia no encontro em Recife, sendo eles o Grupo de Artesãs de Queimadinha, Queimada Redonda e Retirada; Associação Apito – Paulo Tonucci; Grupo de Licores de Laranja; Grupo de Artesanato em Tecido; Associação de Artesãos de Feira de Santana.

Esse primeiro momento gerou muitas expectativas nos grupos representados, uma vez que o evento tinha como objetivo

articular grupos de produção femininos para participarem na II FENNEART. As mulheres perceberam aí a possibilidade de finalmente entrar para o mundo dos negócios e iniciar um processo mais efetivo de comercialização da produção. Mesmo estando empolgados com a idéia, os grupos avaliaram que não havia condições naquele momento de participar da II FENNEART, mas que seria interessante organizarem-se para que a Bahia pudesse ocupar esse espaço de grandes possibilidades.

Assim, após avaliação ocorrida na sede do MOC juntamente com representantes dos grupos, em 17 de Abril de 2002 e decidiu-se que os grupos e o MOC iriam unir esforços, investir recurso pessoal e financeiro, para a construção da Rede de Produtoras da Bahia. "Nossa intenção era ter oportunidade de juntar forças, trocar experiências e, principalmente, iniciar uma organização que pudesse não apenas garantir à venda dos nossos produtos na FENNEART, mas ter um processo mais amplo, onde os grupos pudessem se fortalecer internamente e se articular com os Movimentos de Mulheres da Região." Geane Santos – Grupo de Mulheres da Queimadinha e Queimada Redonda.

Construindo a Rede

As mulheres do Semiárido desenvolvem lutas no campo dos direitos desde a década de 80. No entanto, a partir do final dos anos 90 começaram a incomodar-se com a situação de empobrecimento das mulheres rurais. Diante disso, foram realizados diversos seminários para discutir a problemática, até que se definiu criar, em 2003, o primeiro diagnóstico sobre a situação econômica das mulheres rurais, utilizando-se da metodologia da história oral. "Precisamos

ver que as mulheres têm necessidades de sobrevivência como comer, vestir, beber, condições de saúde, saneamento, água. O que me fez dedicar a vida ao movimento é a luta para a mulher ter liberdade, ser reconhecida enquanto pessoa e se descobrir enquanto sujeito histórico." Madalena dos Santos, município de Araci.

O diagnóstico apontou muitas conquistas no campo político, suas organizações ocupam espaços de construção e controle público das políticas, como os conselhos municipais de saúde, educação, desenvolvimento rural. Igualmente foi identificada grande submissão no campo econômico, assinalou que as mulheres embora trabalhassem e produzissem não tinham dinheiro em suas mãos, eram financeiramente dependentes mesmo nas necessidades do dia a dia, não definiam seus destinos, já que a gestão dos recursos oriundos das atividades familiares era exercida exclusivamente por seus esposos.

Tal situação vivenciada pelas mulheres rurais denuncia que elas participam do trabalho produtivo, especialmente nas unidades produtivas familiares nos plantio e colheita de lavouras de milho, feijão, mandioca, assim como nos pequenos criatórios de animais, mas ao mesmo tempo continuam sendo as únicas responsáveis pelo o trabalho reprodutivo, entendendo este como todo aquele que é desenvolvido no sentido da produção da vida e dos meios necessários para sua existência, o cuidado com as crianças e idosos, lavar, passar e cozinhar. Neste sentido, vem a denunciar que as mulheres rurais além de não participar da gestão da renda familiar, também estão submetidas a duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Diante desta análise, se definiu a



realização do Diagnóstico II, o qual foi implementado em 2004, em 15 municípios, por jovens lideranças femininas visando identificar as atividades produtivas que as mulheres desenvolviam individualmente ou coletivamente nas comunidades rurais. Foram identificadas diversas atividades desenvolvidas pelas mulheres nas comunidades e, embora atuassem em atividades comuns, faziam de maneira individualizada. Nesta ocasião foram mapeados cerca de trinta e cinco grupos de mulheres em potencial.

Neste período o trabalho desenvolvido caminhou no sentido de articular e mobilizar as mulheres em torno da temática do empoderamento econômico a partir de grupos coletivos. A partir daí as mulheres foram motivadas a fortalecer os grupos já existentes e criar grupos que já demonstravam potencialidade. O fruto deste trabalho foi a constituição de 25 empreendimentos econômicos solidários.

A partir de 2005 até 2011, contando com o apoio do MOC e patrocínio da Petrobras, foi

iniciada a implementação do Projeto Mãos que Trabalham, que desenvolveu o acompanhamento e a formação a estes 25 EES integrantes da RPB, ao passo que continuou o apoio ao surgimento de novos empreendimentos. Portanto, foram realizadas capacitações de melhoramento da produção, formação no campo das políticas públicas e das relações sociais de gênero e cidadania, além das articulações e intercâmbios entre as mulheres e outros empreendimentos.

Nascendo a Cooperativa

Contando com o apoio formativo e organizacional do MOC, especialmente por meio do projeto Mãos que Trabalham patrocinado pela Petrobras, foi intensificada a discussão/reflexão em torno da estrutura organizacional da RPB, realizando momentos para construção do planejamento estratégico, plano de negócios, plano de comunicação e marketing, intercâmbios. Um dos pontos que surge com ênfase neste

processo foi oficialização de direito da RPB, uma vez que de fato ela já existia na vida das mulheres.

Assim, motivadas pelo desejo de ocupar espaços de representação política e comercialização, em 2007, foi constituída a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (Cooperede), que visa contribuir no empoderamento político, social e econômico das mulheres, pois as experiências mostraram que a geração de renda merece uma atenção especial, já que a partir dela as mulheres conseguem adquirir independência financeira e maior autonomia nas suas decisões. A RPB tem participado de diversos espaços, como o Fórum Estadual de Economia Solidária, do Comitê Ampliado do Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais, do Fórum de Mulheres da Região Semiárida da Bahia, é filiada à Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste, Slow Food, Unicafes Nacional, REPARTE e ARCO Sertão.

A RPB tem a missão de articular e fortalecer a cooperação dos grupos de



mulheres produtoras, através da organização e da comercialização, visando consolidar a participação da mulher na construção do desenvolvimento solidário. Hoje integram a RPB, 55 EES formados exclusivamente por mulheres, envolvendo cerca de 600 mulheres. Elas atuam nas áreas rurais e periurbanas de 15 municípios do interior do estado: Araci, Água Fria, Conceição do Coité, Feira de Santana, Ipirá, Quijingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santa Luz, São Gonçalo dos Campos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

As produtoras da Rede atuam nas áreas de alimentação e artesanato. Enquanto os grupos da área alimentar valorizam os produtos da agricultura familiar e a riqueza da culinária regional, a cultura local e o respeito à natureza são os diferenciais do artesanato. De lá até então, foram adotadas as seguintes estratégias: i. Constituir experiências de Comércio Justo e Solidário – Espaços próprios de comercialização de produtos e serviços; ii. Realizar feiras; iii. Realizar Trocas Solidárias; iv. Fortalecer o Fundo Solidário; v. Acesso ao Mercado Institucional.

“Ao longo do tempo lutamos pela geração de renda, mas sempre paramos quando o assunto era dinheiro, primeiro pela dificuldade de acessar o crédito e também pelo medo e a falta de documentos, já que na maioria das vezes a terra é no nome do marido, e quando se parte para o grupo fica ainda mais difícil acessar o crédito já que os grupos são informais. Mas, com a construção do fundo solidário quebrou-se essa barreira, facilitando para nós produtoras chegar de forma mais confiante e com menos burocracia, até porque nós construímos todo o processo do início, conhecendo todas as regras e a importância desse recurso, facilitando assim aplicar e devolvê-lo de

forma correta, porque entendemos que se não devolvemos estamos prejudicando as outras companheiras.” Patrícia Nascimento – coordenadora geral da RPB.

“... a troca solidária é muito importante, pois estamos resgatando a cultura da nossa região, o que os nossos avôs faziam trocando os alimentos, achamos importante que os mais novos conheçam e pratiquem também. Nos grupos, muitas vezes queremos comprar alguns produtos, mas não temos recursos, com a troca conversamos com outras produtoras e trocamos os nossos produtos pelas delas, já trocamos nossas bolsas de palhas por roupas. Isso é muito importante para fortalecer a solidariedade entre as mulheres...” Valmira Lopes, produtora do Grupo Mulheres de Fibra - Santaluz - BA

Tais estratégias estão sendo implementadas de forma conjunta e através delas as mulheres rurais estão dando visibilidade à sua produção, acessando mercados e incrementando a renda familiar. Hoje efetivamente, muitos dos EES já conseguem dividir sobras entre os participantes, fato que não acontecia quando do levantamento realizado em 2006. Há assim, um crescendo na geração de renda para as participantes.

Atualmente a renda média mensal das mulheres, especialmente as que compõem EES envolvidos em estratégias de comercialização, é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Valor este ainda considerado pequeno se comparado com a necessidade que as mulheres e suas famílias têm, mas grande se observarmos que há três anos ele era igual a zero. “O grupo para mim foi muito bom, eu não tinha renda própria só cuidava da casa e dos filhos, a minha vida começou a mudar em 2003. Um dia desses fui ao banco com Miranda, a gente chegou lá e tirou

dinheiro, e assim a gente vai aprendendo as coisas.” Rita Nunes – Grupo Mulheres em Movimento.

Muitas foram às conquistas da RPB, especialmente ao longo dos cinco anos que contou com o apoio do Projeto Mãos que Trabalham, no entanto diversos são os desafios a superar pelas mulheres rurais. Embora todos necessitem de ações de superação, alguns deles se destacam sendo: Ampliação do domínio no manuseio de instrumentos de gestão dos EES filiados a RPB e também da própria cooperativa; Fortalecimento da organização enquanto representação política das mulheres rurais, ocupando espaços de construção de políticas públicas; Sensibilização das famílias no que tange a problemática das relações sociais de gênero no âmbito da agricultura familiar.

As mulheres do Semiárido se fazem fortes como as fibras com que tecem suas artes, resgatam o direito de sonhar e alimentam esse sonho com a solidariedade, com os seus saberes e com os seus fazeres. É assim que a mulher enquanto sujeito histórico contribui para a construção de um mundo melhor para todos e todas.





Experiência de trabalho com as jovens



Metodologia e História de Vida



O Projeto Mãos que Trabalham desde seu início foi desafiador para o MOC, pois foram diversas ações emancipatórias que juntas formaram o eixo estratégico do projeto. Uma delas foi a de selecionar, formar, assessorar e apoiar 20 jovens rurais para atuar nos municípios na mobilização, articulação e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários formados por mulheres rurais. Outra foi fomentar o empoderamento político e social destas jovens visando à participação nos espaços de construção e implementação de políticas públicas afirmativas para mulheres, bem

como em outras políticas de interesse da agricultura familiar.

Neste processo de empoderamento das jovens, também era perceptível o desafio de trabalhar a sua identidade pessoal, grupal e comunitária, tratando de questões como o reconhecimento de "quem eu sou", mas também "quem eu sou dentro da minha família e da minha comunidade".

Na implementação do projeto, em suas três etapas, o MOC contou com as entidades parceiras como o MMTR Regional, a Rede de Produtoras da Bahia e os Coletivos de Mulheres dos Sindicatos dos/as

Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares de Conceição do Coité e Valente, tendo papel fundamental no processo de seleção das jovens rurais. A etapa de seleção se deu em três fases:

1. Reunião regional com entidades parceiras para socialização do projeto, definição do perfil das jovens monitoras e desenho do processo seletivo;

2. Mobilizações municipais para apresentação do projeto e identificação de jovens rurais que estejam dentro do perfil estabelecido;

3. Evento regional para aplicação de prova e entrevista.

Deste processo participaram cerca de 50 jovens rurais, tendo todas elas elementos comuns: jovens mulheres rurais; faixa etária de 18 a 29 anos; participação em organizações de mulheres e/ou comunitárias e ter cursado ou estar cursando o ensino médio. Fruto da seleção ficaram vinte jovens rurais, sendo duas de cada município.

Esta foi à fase inicial, a estas muitas outras se sucederam, com desafios específicos que as jovens, agora já atuando enquanto jovens monitoras, foram chamadas a superar. Contribuindo para a superação dos obstáculos, cada uma delas passou a participar do processo de formação e monitoramentos continuados, incluindo aí formação política e técnica e a responsabilidade de desenvolver atividades com as mulheres rurais e seus empreendimentos, além da participação nos espaços de construção e implementação de políticas públicas.

A formação e atuação das Jovens Monitoras

A partir do diagnóstico inicial das

jovens monitoras, construído com elementos das provas e entrevistas, e tendo como referência as expertises necessárias para o acompanhamento aos EES, foi construída grade formativa contemplando elementos como: equidade de gênero, fortalecimento da identidade em seus diversos aspectos, elevação da auto-estima, a auto-organização, cooperativismo, políticas de crédito rural, políticas afirmativas para as mulheres, mecanismos de defesa dos direitos das mulheres e acima de tudo o fortalecimento da autonomia dos sujeitos.

A metodologia utilizada priorizou a construção coletiva de conhecimentos, reconhecimento de habilidades e fortalecimento de competências para realização de mudanças significativas nas suas vidas, nos mais distintos espaços. Durante o desenrolar-se do projeto as jovens acompanhavam os empreendimentos econômicos solidários, além de realizar a formação local dos EES em conjunto com educadoras/es do MOC.

A Jovem Maria Vanuzia de Teofilândia fala sobre a importância de participar desta experiência. “Esse projeto foi o início para minha carreira profissional, foi a minha primeira experiência de trabalho, gratificante de acompanhamento aos grupos de mulheres. Durante 13 anos de estudo na escola não aprendi tanto quanto atuando no projeto”.

Segundo os relatos das jovens a participação no projeto contribuiu para elas e para as mulheres rurais na formação política, conquista de espaços, elevação da autoestima, autonomia econômica, no reconhecimento dos direitos, fortalecimento na participação dos movimentos sociais e novas experiências, máxime a partir dos intercâmbios realizados pelo projeto em

outros estados. "Tive a oportunidade de sair do meu município, conhecendo outras cidades e estados para a troca de experiência como também conheci outras pessoas que hoje fazem parte da minha vida", relata Dione Mota, de Retirolândia.

O projeto proporcionou, através das formações, para as Jovens Rurais, o reconhecimento da identidade de ser Jovem e de ser Liderança Feminina, despertando o interesse por conquista dos espaços. "Atualmente moro na comunidade de Licuri do município de Riachão do Jacuípe, faço parte da Coordenação da Rede de Produtoras da Bahia do MMTR Regional, vice-secretária da Associação Comunitária do Licuri e faço Curso Profissionalizante em Técnica em Agropecuária". Angélica Souza, de Riachão do Jacuípe.

No decorrer do projeto as Jovens Monitoras se tornaram Jovens Lideranças Femininas, foram além do acompanhamento aos empreendimentos, muitas delas são integrantes dos próprios EES que assessoraram. "Hoje sou liderança represento a minha comunidade e meu município em qualquer Território do Brasil, estou preparada e formada para falar da experiência do grupo e dar continuidade a esta experiência". Comenta Valmira Lopes, de Santaluz.

As Jovens Lideranças Femininas foram fundamentais no desenvolvimento do projeto. Além de garantir a formação dessas líderes, elas acompanharam o dia a dia dos empreendimentos, dando o suporte necessário para que estes pratiquem a auto-gestão e demais princípios da agroecologia, da equidade de gênero e da economia solidária. Por outro lado, contribuíram no estreitar das relações entre o MOC, as organizações parceiras e os empreendimentos.







Experiências temáticas

Documentação: Um Direito que garante direitos

A história das mulheres trabalhadoras rurais foi demarcada por grandes desafios: um deles, se não o maior, foi a dificuldade de acessar direitos básicos, por não possuírem a documentação necessária, que por sua vez se caracteriza como a violação de um direito. Na luta por cidadania, o documento é o primeiro passo. É ele que expressa formalmente a existência da pessoa e a torna sujeito de direitos.

A falta de documento para as mulheres conferiu às mesmas diferentes oportunidades em comparação aos homens. Isso determinou diferenças sociais e econômicas (entre mulheres e homens), estruturou a divisão sexista do trabalho e gerou as desigualdades sócio-culturais de gênero. Amparadas por um paradigma que

idealiza o homem como o chefe da família, essas práticas sociais submeteram as mulheres a uma situação de dependência patriarcal – por vezes do pai, de irmãos e marido.

Sem motivação para conferir importância aos documentos pessoais, e, desprovida da condição de sujeito, a mulher ocupou durante anos a chamada esfera da vida privada, onde assume simplesmente o papel de mãe, esposa, dona de casa, nos cuidados com a horta e pequenos animais, atividades que nem eram consideradas como “trabalho”. Desse modo, seu trabalho era pouco valorizado, tido como reprodutivo e, sem nenhum valor econômico. Por sua vez, o homem concentrava suas tarefas na chamada esfera produtiva, diretamente ligada à



produção e comercialização. Na condição de chefe da família, ele define o que, como e onde plantar, além de decidir o que fazer com o dinheiro da venda do excedente da produção. Caracterizado como mera ajuda ao homem, o trabalho da mulher no meio rural foi secundarizado e colocado num lugar invisível.

Para assumir a tarefa de donas de casa e “ajudantes” na roça, a mulher não precisava de documento algum. Os espaços de poder e decisão eram ocupados pelos homens. Eles estavam efetivamente nas associações, sindicatos, cooperativas e bancos. Negociam, compram, vendem, recebem e gerenciam os recursos da família. Ao demonstrar interesse em participar dos espaços organizativos, não raro a mulher ouvia: “seu esposo já é sócio / filiado e a senhora é dependente dele”. Essa condição de dependência privou a mulher de viver dignamente a sua cidadania. “Era muito ruim para uma mulher querer se associar no sindicato, numa associação ou numa cooperativa e ouvir falar que ela não precisava porque o marido já era sócio. [...] Isso nos privou de muitas coisas”. Terezinha dos Santos, MMTR de Retirolândia.

Nesse contexto de desigualdades, os prejuízos recaem sobre a mulher. Desse modo, as políticas agrícolas e agrárias desenvolvidas até pouco tempo no Brasil não visualizavam a força do trabalho feminino na agricultura, na reforma agrária, na produção e na comercialização. Estudos já constataram que grande parte das barreiras enfrentadas pelas mulheres no acesso às políticas públicas tem origem na falta de documentos. Sem eles a mulher não é reconhecida como pessoa, não é incluída nas estatísticas do governo, não abre contas bancárias, não acessa créditos, não participa de cursos de formação, não se torna sócia em sindicato ou outras

entidades, não se torna titular da terra, enfim, não tem o direito de ter direito.

Mudando o curso da história

As desigualdades entre homens e mulheres são construídas cultural e socialmente, mas essas construções podem ser modificadas. Sendo assim, as circunstâncias supracitadas, mesmo que tardiamente, estão sofrendo alterações. A mulher foi assumindo sua própria identidade, se percebendo cidadã e detentora de capacidades. Com a tomada das rédeas da própria história, foram se auto-organizando, reconhecendo e buscando seus direitos, dentre eles o direito à documentação, para assim, poder acessar outros direitos.

Constata-se que possuir os documentos pessoais é o primeiro passo para o acesso à cidadania. Desse modo, não tê-los é a negação da condição de cidadã. Com posse de seus próprios documentos, a mulher pode acessar as políticas públicas voltadas para a garantia dos seus direitos, sejam eles garantidos pelo governo federal, estadual ou municipal. Em sendo o passaporte para o exercício da cidadania, a mulher com documento pode abrir e movimentar conta bancária, produzir e comercializar formalmente, inclusive utilizando o Bloco da Produtora Rural, acessar créditos produtivos, a Assistência Técnica de Extensão Rural e Sócio-ambiental, ter acesso a benefícios da previdência como o salário maternidade, licença saúde e aposentadoria, dentre outras políticas de direitos.

Compreendendo a importância dos documentos em sua vida, a mulher foi reagindo à situação de negligências a que era submetida, e assim, entrou na luta para fazer valer seus direitos e instalou suas vozes em



espaços de “conferências desses direitos”. Para tanto, ainda que tardiamente, em 2004 o Governo Federal reconhece a dívida social que o país tinha para com as mulheres trabalhadoras rurais e cria o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR). Essa ação foi e continua sendo fundamental para a inclusão social das trabalhadoras rurais, uma vez que possibilita a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, bem como o acesso aos direitos previdenciários por meio dos mutirões itinerantes de documentação. Além da emissão de documentos, os mutirões realizam ações educativas para esclarecer às mulheres sobre o uso dos documentos, os cuidados que devemos ter na sua conservação, divulgação das políticas públicas de interesse das mulheres e orientação quanto ao seu acesso.

Os documentos e a transformação da vida das mulheres

O Projeto Mãos que Trabalham adotou como uma das estratégias a capacitação e o

apoio às mulheres rurais e suas organizações para reconhecer e participar dos espaços de construção e controle social das políticas públicas com ênfase nas afirmativas para as mulheres, dentre elas o fomento ao acesso a documentação através do PNDTR e de outros mecanismos acessíveis. Com a articulação dos MMTRs e das Secretarias de Mulheres dos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais foi possível que 7.240 mulheres tivessem acesso à documentação entre os anos de 2008 e 2010.

A partir do acesso à documentação, as mulheres passam a acessar outros direitos que vão aos poucos transformando suas vidas. “Sem a DAP, eu ficava acomodada esperando sempre pelo meu esposo pra tudo, não tinha interesse pelo movimento social, nem pela luta das mulheres, hoje tudo é muito diferente, [...] a partir do momento em que tirei a minha DAP, houve melhorias na minha vida, pois consegui entrar em projetos como o PAA e o PNAE e isso aumentou a renda da minha família”, afirma Givânia Lopes, 31 anos, membro da Coopergamma em Retirolândia.

A vida dessas mulheres passou por mudanças, e o acesso aos documentos é como um divisor de águas em suas histórias, como conta Lídia Maria, Jovem liderança do MMTR de Araci, 28 anos e agricultora familiar. “Conheci este documento (DAP) através das atividades nos movimentos sociais e hoje é um documento importante, principalmente para quem vive no campo. A partir do acesso a ele, pude dizer e provar que sou trabalhadora rural, além do mais, minha família acessou políticas de crédito”. Também para Josefa Arlete, produtora rural, 44 anos, integrante do Grupo Produtivo Mãos de Fada em Conceição do Coité, antes de acessar a DAP sua vida era monótona e sem nenhuma informação de como gerir seu próprio negócio e valorizar sua produção. “A DAP ajudou tanto a mim que sonhava em ter meu próprio negócio, quanto a minha família na melhoria do trabalho e renda. Depois de acessá-la, pude acessar o Crédito e hoje tenho meu empreendimento com bons resultados, agrego valor aos produtos, tenho mais autonomia e valorização do meu trabalho, dentro e fora de casa”.

Com o acesso ao Bloco de Notas da Agricultora, a vida das mulheres ganha outra dimensão. “Eu não tinha estímulo nem perspectiva de produzir e comercializar, porque no mercado tradicional das feiras livres havia pouca escoação, limitando a produção e comprometendo o tempo, já que para comercializá-la a mulher passava o dia inteiro na feira e vendia muito pouco ou quase nada, [...] O acesso ao Bloco de Notas me deu autonomia de comercializar os produtos, estimulando e ampliando a produção, pois tenho um instrumento que facilita e garante a negociação, além de fortalecer a minha identidade enquanto agricultora melhorando minha vida no

campo da geração de renda”, conta Rosinayre de Jesus, 28 anos, agricultora familiar e integrante do GACS – Grupo de Arte Culinária de Serrinha e Coordenadora Executiva do MMTR Regional.

Para Aline de Santana, Jovem produtora de Retirolândia, 21 anos, o acesso ao CPF lhe garantiu várias oportunidades. “Tive acesso a alguns projetos que sem o documento eu não podia acessar. Antes de tê-lo, era como se eu não fosse reconhecida e isso me fez perder várias oportunidades. Com o CPF eu pude fazer a prova do ENEM, fiz concursos, participei de eventos de formação, sem esse documento nada disso eu conseguia”.

Como vemos, o documento é mesmo um direito que assegura outros direitos às mulheres trabalhadoras rurais, de modo que elas vão alterando sua realidade e transformando suas vidas e de suas famílias. Elas foram aprendendo a ser mais independentes, donas do próprio destino. Participando dos grupos ou produzindo nos seus quintais, elas foram reescrevendo suas histórias e construindo sua autonomia, na convicção de que a igualdade de direitos é precedida pela igualdade de oportunidades, que por sua vez é a base para uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

A importância dos documentos e sua utilização

Os documentos são pessoais e intransferíveis, eles identificam a pessoa na sua individualidade. Por meio deles, o ser humano passa a ter visibilidade e se torna demandante oficial de políticas públicas frente ao Estado. Quando analisamos a situação de dependência da mulher e as desiguais oportunidades que socialmente

Ihe foi conferida, constatamos que há uma intrínseca relação entre a documentação e a autonomia da mulher. Essa autonomia é construída a partir do reconhecimento da sua identidade e capacidade, seguida da obtenção de seus documentos e o efetivo acesso aos direitos que esse direito lhe assegura.

Para as mulheres trabalhadoras rurais, a obtenção de um documento tem uma significação imensa na sua história de luta. O que seria um direito básico para qualquer cidadão e cidadã passou a ser uma conquista de impacto sócio-cultural que transforma a vida das mulheres trabalhadoras rurais e ainda altera as relações de gênero. Os documentos mais utilizados no dia a dia da mulher são:

- A Certidão de Nascimento que por sua vez dá base a outros documentos a exemplo do Registro Geral / Carteira de Identidade;

- A Carteira de Identidade ou Registro Geral que a mulher utiliza quando vai se tornar sócia ou cooperada em alguma organização, abrir conta bancária, emitir nota fiscal de venda da produção;

- O Cadastro de Pessoa Física – CPF com o qual ela pode se inscrever em programas sociais, obter benefícios da previdência, acessar a Assistência Técnica, participar de processos de capacitação, também para abrir contas bancárias, acessar a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP e solicitar a titulação conjunta da terra, dentre outros direitos que poderão solicitá-lo;

- A Carteira de Trabalho e Previdência Social – é o documento que comprova a relação de trabalho assalariado embasada na Consolidação das Leis Trabalhistas;

- Bloco da Produtora Rural – instrumento que garante às agricultoras a emissão de notas fiscais da comercialização

de sua produção de forma legal, expandindo a venda para os mercados formais, órgãos públicos e à comunidade. Com esse documento as mulheres rurais podem ter sua inscrição estadual, registrar a compra e venda dentro da propriedade, e, desse modo assegurar seus direitos previdenciários no INSS (aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença);

- A Declaração de Aptidão ao Pronaf, - DAP é outro documento que garante à mulher agricultora a possibilidade de acessar as políticas voltadas para a agricultura familiar e reforma agrária.

Para viabilizar a emissão da documentação civil e trabalhista das trabalhadoras rurais, o “Expresso Cidadã” (ônibus itinerante) foi pensado para percorrer os territórios e comunidades rurais fazendo os documentos das trabalhadoras. Em alguns locais onde esse ônibus não pode percorrer, são feitas parcerias com órgãos competentes a exemplo da Receita Federal, Instituto Pedro Mello-BA, Secretaria da Fazenda, Cartórios de Registro Civil e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, que se agregam no SAC Móvel para atender a população, sem que elas precisem se deslocar dos seus municípios.

A luta pela afirmação dos direitos da mulher implica em afirmarmos que não aceitamos “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento”, para que possamos seguir na trilha da construção de uma história de respeito, igualdade de direitos, cidadania e justiça social.

Empreendimentos Econômicos Solidários dinamizam a comercialização dos seus produtos através do Mercado Institucional

Ao longo do período do Projeto Mãos que Trabalham, as mulheres foram formadas na linha social, política e econômica, com assessoria técnica sistemática e estruturação dos espaços de produção, que contribuiu para o acesso aos mercados institucionais: (PAA) Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, na comercialização dos produtos (PNAE).

Criado em 2003 como uma das estratégias do Programa Fome Zero, o PAA vem dinamizando a comercialização dos produtos da agricultura familiar. O programa que faz parte da estratégia da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem garantido incremento de renda e melhoria da qualidade de vida das agricultoras e agricultores familiares que comercializam sua produção através da compra direta da agricultura familiar. Além de garantir melhoria na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas com a doação dos produtos através da CPR Doação, principal modalidade acessada pelos agricultores e agricultoras familiares.

Desde 2004, os empreendimentos econômicos solidários vêm dinamizando o processo de comercialização dos seus produtos através do PAA, que tem garantido um aumento significativo de renda para as agricultoras e seus empreendimentos. “Antes do PAA ninguém tinha um centavo, depois do PAA agente já consegue pagar as contas e ter um dinheirinho. Mudou muito, melhorou a renda familiar”, conta Isabel Cerqueira, agricultora familiar da comunidade de Bastião, de Retirolândia.

Esse depoimento mostra o quanto o

PAA tem sido importante na vida de mulheres como Dona Isabel que estão tendo a oportunidade de gerar e gerir sua própria renda. Muitas dessas agricultoras passaram boa parte de suas vidas nos campos de sisal arriscando-se num trabalho difícil, perigoso e mal remunerado, e hoje estão tendo suas vidas transformadas, recuperando a autoestima e conquistando autonomia. “Eu trabalhava no motor, sofria muito, às vezes eu ficava sem dormir, porque chovia e molhava a barraca, a minha vida era muito dura, melhorou muito, melhorou a saúde. Eu já cheguei a desmaiar na roça, por causa do sol quente”, recorda-se Maria Barbara Carneiro, de Retirolândia.

Esse processo de comercialização tem possibilitado a inclusão de novas mulheres nos EES, a construção e ampliação dos espaços de produção, garantindo um aumento significativo de renda para as famílias agricultoras, como afirma Carmelita, do grupo Mulheres Guerreiras “Para mim melhorou porque a gente recebe mais um pouquinho. Dá para fazer um fundo para construir a sede”. Integrante do Grupo Prosperar, Izana Cerqueira afirma. “Eu não ganhava nada, dependia de painho e mainha, hoje eu tenho meu dinheiro e posso comprar as minhas coisas”. Essa fala é a confirmação de que o processo de organização das mulheres tem promovido a autonomia econômica e política, lhes conferido uma melhor remuneração pelo seu trabalho, já que antes eram exploradas no trabalho doméstico e nos campos de sisal.

Além da autonomia financeira, as mulheres mostram que estão rompendo com



o estado de submissão econômica aos pais e esposos. A experiência dos empreendimentos tem contribuído para o aumento da solidariedade e autoestima. Hoje, elas não sentem mais vergonha de participar dos espaços. “Eu era mais fechada com as pessoas, eu não era de falar, aprendi a viver em sociedade, porque a gente nunca vai poder viver sozinha sem a ajuda de uma amiga que dê força e trabalhar junto pela geração de renda, dá pra a gente comprar o

que precisa o necessário”, conta Elzinete Andrade do grupo Sabor Gama.

Outra conquista do processo de comercialização para o PAA é o reconhecimento que os EES vêm conquistando, já que seus produtos estão sendo conhecidos por outras pessoas. “Com o PAA foi bom, porque muitas pessoas começaram a conhecer os produtos que agente faz, até mesmo na comunidade”, diz Claudenice Reis, grupo Mulheres Guerreiras, de Conceição do Coité. As mulheres mostram sua trajetória e revelam que esta caminhada não tem sido fácil, elas enfrentaram e ainda enfrentam muitas dificuldades, principalmente no que se refere ao acesso a mercado, porém, para elas isso significa muito mais que um meio de ganhar dinheiro, trata-se de uma questão de auto-afirmação enquanto um sujeito político e de direitos numa sociedade injusta e desigual.

O Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE

Outra estratégia de comercialização para o mercado institucional utilizada pelas agricultoras e agricultores familiares da região tem sido o PNAE – Programa Nacional



de Alimentação Escolar, que através da Lei 11.947/2009 garante que 30% dos recursos destinados para a alimentação escolar sejam adquiridos produtos da agricultura familiar.

O programa vem garantindo a comercialização dos produtos da agricultura familiar através da organização das agricultoras e agricultores em associações e cooperativas, esse processo tem favorecido o incremento da renda para as famílias agricultoras, além de garantir a oferta de alimentos saudáveis e de qualidade para crianças, jovens e adultos da rede pública de ensino. “Vale a pena eu sair daquela lonjura pra vim pra cá, vale à pena porque a gente ganha um dinheirinho e não precisa ficar pedindo o marido pra comprar as coisas, tem ajudado muito”. Maria Cosme Clementino do Grupo Sabor Gama.

Embora seja uma iniciativa recente, o programa já vem contribuindo para o aumento da renda das famílias agricultoras, especialmente das mulheres que estão organizadas em empreendimentos econômicos solidários, o processo de comercialização tem lhes conferido o direito de serem donas de suas próprias vidas, através de um processo de formação, produção e participação política. “Quando eu saia pra uma viagem o esposo quebrava tudo dentro de casa, hoje é diferente. Aprendi bastante coisa, fiz mais amizade”, Maria Barbara Carneiro, grupo Prosperar, Retirolândia.

Além de possibilitar a comercialização dos produtos da agricultura familiar o programa tem garantido o acesso dos estudantes da rede pública de ensino a uma alimentação saudável e de qualidade, o que tem contribuído para o desenvolvimento local de comunidades rurais, antes excluídas de processos de produção e comercialização.

O programa tem contribuído para uma vida mais digna, pois as famílias anteriormente não tinham condições de concorrer com as grandes empresas e ofertar os seus produtos a esse público consumidor.

Essa iniciativa se configura numa importante estratégia de dinamização dos processos produtivos em áreas rurais e na garantia de permanência das agricultoras e agricultores familiares no campo, através de um processo de inclusão e participação social. Entretanto o acesso das agricultoras e agricultores familiares a essa política ainda se constitui num grande desafio, pois em muitos municípios ainda não há a operacionalização da lei, pelo fato de ser algo novo e que ainda precisa ser apropriado pelas agricultoras e agricultores familiares, e os gestores públicos.



Acesso a Mercado Justo e Solidário

Durante muito tempo, as mulheres sofreram vários tipos de opressão. A questão da dependência financeira foi uma das mais fortes e a que vem causando desaparecimento da identidade da mulher, que por não ter autonomia econômica e política acaba por aceitar as condições que a sociedade e, muitas vezes, a própria família lhe oferece: tomar conta da casa, dos filhos, do esposo e realizar o trabalho não valorizado e avaliado na lavoura.

Como uma alternativa de reconquistar seus direitos e sua cidadania e para garantir seu empoderamento é que essas mulheres vêm se organizando em forma de EES. Uma das formas de garantir a sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários é o acesso a espaços de mercado justo e solidário através da

participação nas feiras territoriais, estaduais e nacional. Como também, na participação em feiras agroecológicas locais, nos consórcios e na venda diretamente para o consumidor. É desta forma que as mulheres vêm adquirindo experiência e renda na comercialização da produção.

Um dos exemplos é a Associação Comunitária Bastianense. Localizada na zona rural do município de Retiroândia vem participando semanalmente da feira agroecológica. O grupo é formado por 14 (quatorze) mulheres que vem fazendo revezamento na feira. “Quando a gente começou, no dia 06 de junho de 2009, vendia bastante, tinha que guardar para o freguês, e o dinheiro dava para pagar as contas de luz e outras despesas pequenas, era uma ajuda boa”, conta Isabel Cerqueira.



Além dos produtos alimentícios, elas produzem artesanato, como toalhas, almofadas, conjuntos de cozinhas bordados feitos de tear, que são comercializados em consórcio. “Aqui fazemos a venda em forma de consórcios com dez pessoas interessadas no produto. Exemplo: uma colcha de tear cada mês uma pessoa recebe uma colcha e essas dez pessoas pagam uma parcela mensalmente até completar os dez meses”, relata Jailza Lima de Retirolândia. Desta forma o EES garante a venda em quantidade de um produto, sendo que a cada mês recebe o valor de um produto e faz a entrega de um, até finalizar o consórcio de dez.

No município de Serrinha, também os EES de mulheres participam da feira agroecológica como conta Maria José dos Anjos. “O projeto ajudou na transformação de minha vida, fiquei conhecida nos espaços públicos, fiz novas amizades, adquiri novos conhecimentos, sem falar que aumentei a minha renda vendendo os produtos da agricultura familiar na feira, e também tenho uma alimentação mais saudável para mim e para minha família”.

Outro espaço que vem garantindo a comercialização dos produtos alimentícios e de artesanato no mercado justo e solidário é a participação nas feiras territoriais, estadual e

nacional da agricultura familiar e economia solidária, onde através da entidade representativa das mulheres, a Rede de Produtoras da Bahia, elas vem participando e também têm a oportunidade de comercializar seus produtos de forma direta para o consumidor na loja da Rede.

Hoje elas contam que já participaram de várias feiras em outros estados como Brasília, Porto Alegre, Pernambuco e Salvador. “A importância das feiras também é a troca de experiências, sempre tem algo a acrescentar no trabalho da gente, não visando só a comercialização, mas a divulgação do grupo e o conhecimento”, ressalta Claudenice Reis, de Conceição do Coité.

Outro EES que vem passando por esta experiência é o da comunidade de Lagoa do Golfo, no município de Riachão do Jacuípe.



Elas também estão participando de feiras em outros municípios, principalmente em Feira de Santana. "A renda ainda é pouca, mas estamos tendo experiência e conhecimento. Eu nunca tinha entrado na UEFS, e através da feira passei a conhecer", conta Gercelina dos Reis sobre a experiência de participação em feiras e a oportunidade de conhecer a Universidade Estadual de Feira de Santana.

As diversas feiras de que as mulheres participam vêm mudando a realidade delas não somente no que se refere à questão da renda, mas também na vida social e pessoal. "Foi através das feiras que a gente começou a valorizar o nosso produto, descobri o comércio justo, conhecemos a troca solidária e a oportunidade de manusearmos o cartão de crédito", conta Valmira Lopes, Santaluz.

Esses espaços conquistados pelas mulheres têm um valor significativo, no

empoderamento econômico-político-social, na elevação da auto-estima, nas descobertas de outras experiências, troca de saberes e nos conhecimentos adquiridos.



A luta pela Prevenção e Enfrentamento a Violência contra as Mulheres e a contribuição do Projeto Mãos que Trabalham na Região Semiárida da Bahia

A violência de gênero acontece no mundo inteiro e atinge mulheres de todas as classes sociais, idades, raça/etnia e orientação sexual. Para se compreender os aspectos da violência contra as mulheres é necessário refletir que as relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres são construídas socialmente e perpassam pelos vieses econômicos, políticos e culturais. Quanto aos aspectos econômicos, às desigualdades perpassam tanto pela função laboral desempenhada pela mulher, quanto pela remuneração que lhe é conferida; o valor que a mulher recebe é inferior ao que o homem recebe, as atividades desempenhadas pelas mulheres são de menor reconhecimento e visibilidade, pois estas são caracterizadas como “coisas de mulher”.

Já no que tange aos aspectos políticos, os espaços de poder e decisão ainda são considerados de pouca participação das mulheres, pois, historicamente, esses eram espaços considerados masculinos. Isso se remete também para as decisões no âmbito da propriedade da família, dificultando o protagonismo das mulheres na construção e controle social das políticas públicas de seu interesse. “As dificuldades da gente são muito grandes e o projeto veio contribuir para melhoria do conhecimento dos nossos direitos e de como agir nos casos de violência”, diz Maria do Carmo de Jesus, MMTR de Teofilândia.

Diante desse contexto, à questão do enfrentamento a violência contra as mulheres na região Semiárida da Bahia se torna um desafio ainda maior para as mulheres trabalhadoras rurais, pois além de lidar com

todas essas questões sociais, econômicas e culturais, o acesso dessas mulheres às políticas de prevenção e enfrentamento à violência é ainda mais complexo. Além disso, ainda são insuficientes as ofertas de políticas públicas para as mulheres, especificamente a ausência de mecanismos como delegacias especializadas, casas de abrigo, campanhas disseminadas pelos meios de comunicação e outros.

Com esse déficit os resultados são muito lentos, de menor impacto. Para contribuir para a construção de uma realidade de libertação da opressão, por justiça e igualdade de oportunidade entre homens e mulheres é que nasceu o Projeto Mãos que Trabalham. “Através desse projeto posso dizer que construí uma vida melhor gerando renda e muitas oportunidades para crescer profissionalmente e realizar meus objetivos, ter uma vida sem violência é um direito de todas nós”, afirma Ana Mary Silva dos Reis Cruz, jovem monitora do Projeto Mãos que Trabalham, no município de Valente.

Mãos que trabalham pela autonomia sociopolítica e econômica das sertanejas

Articuladas no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Secretaria/Coletivo de Mulheres do STR e Rede de Produtoras da Bahia, mulheres de 10 municípios circunscritos na região Semiárida da Bahia nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, reescrevem suas histórias de luta por uma vida sem violência. A



partir do apoio do Projeto Mãos que Trabalham, executado pelo MOC, em parceria com o MMTR e RPB, patrocinado pela Petrobras, foi possível fortalecer essas organizações.

Também, as ações desenvolvidas pelo projeto Mãos que Trabalham contribuiu para o protagonismo econômico, político e cultural das mulheres rurais, sobretudo no que tange às formações de qualificação para participação e intervenção nos espaços de decisão e controle social das políticas de interesse das mulheres. Considerando a situação de vulnerabilidade em que muitas mulheres se encontram, esses espaços tem sido fundamentais para a intervenção destas nas tomadas de decisões.

As bandeiras de lutas erguidas por tantas mulheres, de tantos lugares do mundo não se diferem muito das organizações de mulheres da região Semiárida da Bahia, sobretudo, na luta por uma vida sem violência, seja ela econômica, física, verbal ou psicológica. Ao longo da sua trajetória as sertanejas foram e ainda são duramente marcadas pelas desigualdades nas relações sociais de gênero e com as mulheres das organizações parceiras não tem sido diferente. Contudo, as ações do projeto Mãos que Trabalham, estas tiveram a oportunidade de dar outro rumo para suas vidas.

“Uma coisa que para mim é muito importante é o respeito de algumas autoridades do município. Com as oficinas dos projetos aprendi a me expressar em público, sinto que o município está desenvolvendo e os grupos estão sendo reconhecidos e a agricultura familiar está se fortalecendo cada vez mais. Vejo isso nas reuniões que participo”, ressalta Ana Mary Cruz, Secretária de Mulheres do STRValente.

Tecendo a solidariedade pelo fim da violência

Lidar com questões de enfrentamento à violência nunca foi tarefa fácil para as mulheres, principalmente para as trabalhadoras rurais, já que os investimentos nos mecanismos e políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres ainda são insuficientes. Para lidar com essa problemática, a auto-organização das mulheres tem sido um instrumento importante de luta e superação da opressão nas relações entre homens e mulheres.

A luta do MMTR na região semiárida da Bahia tem ganhado visibilidade e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em torno da garantia e acesso aos direitos. O apoio do Projeto Mãos que Trabalham vem

possibilitando a conquista destes a partir da participação qualificada das mulheres nos espaços de poder e decisão bem como nas parcerias estabelecidas com organismos públicos e sociais. “Através do MMTR aumentou a participação das mulheres nos grupos de produção e hoje elas têm acesso às informações, desse modo elas já sabem o papel do movimento e sabem também onde recorrer quando precisar de apoio nos casos de violência”, relata Jacy Barreto, Liderança do MMTR de Serrinha.

O trabalho realizado em grupos de produção enquanto alternativa de geração de renda tem proporcionado o fortalecimento dos laços de união e solidariedade entre as mulheres produtoras. Esse tem sido um espaço de diálogo, de comunhão e partilha dos problemas familiares. Muitas relatam sobre o ciúme dos maridos que não as permitem sair de casa, viajar, participar de feiras e reuniões, já que esses espaços eram considerados masculinos, espaços públicos de visibilidade e participação.

A partir dos processos de formação e capacitação sobre as relações de gênero com as mulheres e suas famílias, trabalho produtivo e reprodutivo, acesso às políticas públicas de interesse das mulheres (crédito rural, documentação, saúde, educação, comercialização PAA e PNAE, acesso a cisternas de consumo humano e produção),

os intercâmbios realizados, dentre outras temáticas, contribuíram significativamente para o empoderamento sócio-político e econômico das mulheres na região Semiárida da Bahia, visto que a autonomia econômica e o fortalecimento das mulheres são indispensáveis para uma vida sem violência. “Quando a gente não tem uma renda a violência acontece mais, mas com a renda que o projeto contribuiu a gente percebe que a violência vai diminuindo e a vida das mulheres vai melhorando”, fala Maria do Carmo de Jesus, Liderança do MMTR de Teofilândia.

Diante de todo processo de trabalho realizado através do projeto Mãos que Trabalham com o patrocínio da Petrobras, a vida das mulheres tem ganhado outro significado, pois elas tiveram a oportunidade de reescrever as suas histórias de vida, de acreditar que é possível viver dignamente no sertão da Bahia, gerando renda, se auto-organizando, participando dos espaços de decisão para a garantia dos seus direitos, no verdadeiro exercício da cidadania. Apesar de todos os passos dados, das conquistas e avanços, ainda é um desafio para as mulheres a implementação de leis e políticas que lhes garantam uma vida livre de todas as formas de violência e violação dos seus direitos. É necessário uma corrente de luta e solidariedade na garantia da paz e justiça social.



Agroextrativismo, Geração de Trabalho e Renda

A atividade agroextrativista está presente na rotina de muitas agricultoras familiares que vêem nessa atividade uma alternativa de geração de trabalho, renda e superação da extrema pobreza. Desse modo, o agroextrativismo é compreendido pelas agricultoras familiares como mais uma alternativa para a diversificação da renda e o melhor aproveitamento das potencialidades locais, uma vez que já está presente desde muito tempo na cultura das comunidades rurais. “No tempo que eu fui criada sentava pra tecer a palha para comprar uma sandália, comprar roupa. A palha era a manutenção das mulheres”, conta Maria Flora do grupo Mulheres Guerreiras, Conceição do Coité.

Nesse sentido, o desenvolvimento local sustentável requer o uso racional dos recursos ambientais, com a valorização das culturas e identidades locais, numa perspectiva de melhoria das condições de vida das populações carentes, que possuem uma estreita relação com o ambiente, de



modo que permita a conservação de espaços ameaçados de degradação.

Entretanto as comunidades agroextrativistas têm enfrentado uma série de dificuldades, nos últimos anos, no que se refere à utilização dos recursos naturais, devido ao processo de concentração de terras nas mãos de alguns fazendeiros. Estes ameaçam a preservação das espécies e a utilização das mesmas, pelas famílias, o que tem inviabilizado essa prática, ameaçado a cultura e a geração de renda de muitas famílias.

Há regiões onde as mulheres enfrentam sérias dificuldades para conseguirem encontrar a palha de licuri e ariri, principais matérias-primas utilizadas para a produção de artesanatos. Em alguns casos elas são ameaçadas pelos vaqueiros das fazendas, além de terem que fugir da perseguição de cães. Além disso, os produtos são pouco valorizados na região, de modo que não há um bom escoamento da produção. Assim elas se sentem obrigadas a tecer a palha e vender por um preço muito baixo. “Antes para comprar um caderno juntava a mãe e as filhas para tecer a palha e vender a R\$ 1,00”, recorda Maria Eliana Oliveira, do grupo Mulheres Guerreiras de Conceição do Coité.

Através das formações, as mulheres rurais percebem a necessidade de cuidar e preservar o meio ambiente e por isso têm uma preocupação com a preservação das espécies, pois entendem que a continuidade do seu trabalho depende do uso sustentável da matéria-prima. Assim, todo o processo de extração da matéria é feito de forma racional, tanto da palha para produção de artesanatos,



quanto de frutas nativas, como o umbu e a cajá que são utilizados na produção de polpas.

A cultura de trabalhar com o artesanato de fibras vegetais como a palha, o caruá, o ariri e o cipó é muito forte na região e tem possibilitado a geração de renda para muitas agricultoras excluídas de outros processos de geração de renda, como o acesso a terra para produção. Desse modo, a proposta das agricultoras familiares é desenvolver a atividade agroextrativista, utilizando o manejo sustentável da caatinga a fim de garantir a sustentabilidade ambiental da produção. “Quando a gente fazia os produtos para a feira movimentava a comunidade toda, palha movimenta a comunidade de adulto a criança”, afirma Claudenice Reis, do grupo Mulheres Guerreiras, de Conceição do Coité

O trabalho com a palha é uma tradição nas comunidades rurais da região, que vem

através de gerações, contribuindo com o aumento da renda das famílias carentes. “Trabalhar com palha foi pensar em manter a cultura, pois isso já era trabalhado durante muito tempo atrás”, diz Claudenice Reis, do grupo Mulheres Guerreiras de Conceição do Coité. Porém, essa atividade vem sendo ameaçada devido ao processo de concentração de terras e devastação ambiental, instalado na região, o que tem contribuído para a diminuição das espécies nativas.

As mulheres são tão conscientes do que essas plantas representam em suas vidas que já começaram a experimentar o cultivo de algumas espécies vegetais utilizadas na produção, porém não obtiveram muito sucesso. O aproveitamento foi muito baixo. Contudo, elas não desistem, pois acreditam na força da mãe natureza e sonham com dias melhores.





Conclusão

Aprendizagens e Desafios



Embora seja longo o caminho a perseguir para atingir a equidade social e igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, especialmente no que tange a agricultura familiar do semiárido, pode-se dizer que as ações desenvolvidas pelas organizações de mulheres, sobretudo nos últimos cinco anos, período que contou com a contribuição do Projeto Mãos que Trabalham, fruto do patrocínio da Petrobras, subsidiou a melhoria das condições de vida das mulheres rurais. Nesse sentido, se destacam:

- Formação e estruturação de 25 EES, com planos de ações e fazendo gestão dos negócios empreendidos;
- Quadro de novas lideranças femininas formado e capacitado para melhor representar as mulheres e defender os seus interesses em diferentes espaços;
- Construção de unidades produtivas, aquisição de equipamentos e matéria-prima para a ampliação e qualificação da produção;
- Inserção dos produtos das mulheres nos mercados institucionais (PAA e PNAE) do comércio justo (espaços próprios de

comercialização direta, feiras livres locais, feiras agroecológicas e de economia solidária);

- Sensibilização e motivação para retomada das mulheres aos estudos, por meio do Bocapiu de Leitura, instrumento de socialização e troca de experiências;

- Ampliação do acesso das mulheres rurais aos documentos, especialmente os que se referem à documentação da categoria de agricultora familiar;

- Participação das organizações de mulheres em espaços de construção e controle das políticas públicas, com ênfase nos conselhos municipais, territorial e estadual;

- Visibilização das organizações de mulheres e suas ações através de materiais institucionais como site, folders, banners, catálogos.

No entanto, mesmo que estas ações sejam, sem dúvidas, passos importantes, ainda existe o obstáculo de superar as grandes demandas e desigualdades existentes. Assim, diversos são os desafios que continuam postos para as organizações de mulheres, destes, ganham destaque:

- Fragilidade na estruturação das organizações de mulheres, sobretudo do ponto de vista da auto-sustentabilidade financeira;

- Elevado número de mulheres rurais ainda sem participar de EES ou de outras estratégias que lhes garantam renda, especialmente a partir das potencialidades locais;

- Barreiras no campo da comercialização devido às velhas e novas exigências da vigilância sanitária, as quais ainda projetadas com distância da realidade das mulheres agricultoras familiares;

- Insuficientes lideranças nas

organizações para assumir as representações inter-locais das mulheres nos espaços e instâncias de decisão;

- Permanência de uma cultura machista e de pouca valorização do papel da mulher no processo de desenvolvimento local e territorial.

Motivadas com as aprendizagens e considerando os desafios, as organizações de mulheres rurais continuam tendo o papel fundamental na construção dos rumos das suas vidas, assim como na atuação do controle das políticas públicas visando a garantia do acesso aos direitos conquistados.

Esse é um caminho de aprendizados, por ele continuaremos a andar, acreditando no potencial organizativo e produtivo das mulheres, para que elas construam e vivam sua autonomia, e, como senhoras dos seus destinos e com suas “Mãos que Trabalham” reescrevam suas histórias, e com justiça e igualdade vivam o pleno exercício da cidadania.







Anexos

Siglas

ARCO Sertão - Agência Regional de Comercialização

COOPEREDE - Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia

COOPERGAMA - Cooperativa Mista de Gameleira

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ESS - Empreendimento Econômico Solidário

FENNEART - Feira Nacional de Negócios do Artesanato

GACS - Grupo de Arte Culinária de Serrinha e Coordenadora Executiva do MMTR Regional.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MMTR Regional - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida da Bahia

MOC - Movimento de Organização Comunitária

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDTR - Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais

REPARTE - Rede Parceiros da Terra

RPB - Rede de Produtoras da Bahia

Slow Food - Associação internacional sem fins lucrativos fundada em 1989 como resposta aos efeitos padronizantes do fast food; ao ritmo frenético da vida atual; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo.

SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STRAF - Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UNICAFS - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar

Realização



Patrocínio



Parcerias

